

Institute for Christian Teaching
Education Department of Seventh-day Adventist

O PROFESSOR ADVENTISTA DE HISTÓRIA
E SUA ATITUDE ANTE A POLÍTICA

Por

Marcos Silva

Professor de História

Instituto Adventista de Ensino do Nordeste

Preparado para

The Integration of Faith and Learning Seminar

Realizado no

Instituto Adventista de Ensino - São Paulo

Julho de 1994

228-94 Institute for Christian Teaching
12501 Old Columbia Pike
Silver Spring, MD 20904 USA

INTRODUÇÃO

A práxis de um Professor de História, exige constante análise de fatos históricos dentro de uma visão historiográfica que abarque todos os aspectos da realidade social. Lecionando em uma escola confessional, que veicula uma Cosmvisão específica, deveria este professor estar equipado de um instrumental teórico que lhe possibilitasse abordar todas as esferas da realidade de acordo com a Filosofia da História que se encontra nas Escrituras Sagradas. Especialmente com relação à esfera política, a partir do momento em que o pensamento predominante é o de considerar-se o cristão apolítico.

Neste trabalho, considerando que a Ciência Política, tem como objeto de estudo o poder, traçamos uma visão bíblica do poder, além de mostrarmos as causas básicas que conduzem à rejeição religiosa da esfera política, defendendo que ninguém pode estar alheio ao poder.

Em uma segunda parte, fazemos uma análise do contexto histórico em que nasceu o adventismo e da forma evidente como as grandes tendências históricas, especialmente da segunda metade do século XIX, influenciaram a formação de nosso pensamento.

Por fim, apresentamos a necessidade de, como profissionais que não podem fugir de uma explicação da realidade que abarque todas as esferas do ideológico, estabelecermos um posicionamento político coerente com os princípios básicos da Cosmvisão Cristã.

Não defendemos a politização do professor de História, mas a sua conscientização da abarcância da mensagem bíblica, lembrando que: "os que mantêm que a vida e a mensagem de Jesus não tiveram nenhuma consequência política, não compreenderam a evidência bíblica."¹

1. Cidadãos de Dois Mundos. Diálogo Universitário, p. 26.

A TEOLOGIA DO PODER

Existe um ramo de estudo chamado de Cratologia - a Ciência do poder. A grande questão que seus estudiosos perseguem é a de conhecer a natureza do poder. Pensamos que esta também deveria ser uma preocupação dos cristãos, na medida que em Salmos 62:11, lemos: "Uma coisa disse Deus, duas vezes a ouvi: que o poder pertence a Deus." Ontologicamente, Deus é a causa de tudo, com exceção do mal. Logo, Ele é a causa primeira do poder em qualquer de suas manifestações. Ressaltamos mais ainda a importância de um tal estudo, lembrando as palavras ditas por Cristo quando os saduceus o interpelaram acerca da questão da ressurreição: "Errais, não conhecendo as Escrituras, nem o poder de Deus." Mat. 22:29.

Existe a tendência, entre os cristãos, de espiritualizarem demais o Poder de Deus. No entanto, o poder se apresenta como uma característica necessária à humanidade e não contingente. Homem, sociedade e poder é um trinômio indestrutível. Sempre existiu e provavelmente existirá sempre. Assim, sendo conatural ao homem, no momento em que se consubstancia na forma de uma autoridade, ou de poder institucionalizado, não podemos negar seu substrato ontológico.

Um reforço contra esta tendência espiritualizante, podemos encontrar nas palavras proferidas por Cristo momentos antes da ascensão: "Ê-me dado todo o poder no céu e na terra." Mat. 28:18. Outra versão diz: "Toda autoridade me foi dada no céu e na terra." Naturalmente, apesar de encontrarmos somente no Livro de Jó, cerca de 32 referências à Onipotência Divina, nós só podemos analisá-lo, (o Poder Divino), quando o mesmo é exercido. É em ação que se avalia o poder. Assim sendo, devemos examinar na concretude histórica estas manifestações e/ou intervenções do Poder Divino.

Mas, o que é o Poder? Em Jó 42:2 encontramos esta característica volitiva definidora do poder: "Bem sei que tudo podes, e nenhum dos teus pensamentos pode ser impedido." A vontade é pois, um componente essencial na constituição do poder. Sem vontade não existe poder. Sinteticamente, o poder é a capacidade de impor a vontade. O poder é uma força a serviço de uma idéia. "Poder é a habilidade de um indivíduo ou grupo, no sentido de levar a efeito seus intentos ou planos, e controlar, manipular ou influenciar a conduta dos outros, quer estes desejem ou não cooperar."¹

Francis Bacon dizia: "Saber é poder", com isto ele apresentava outro componente indispensável do poder. É da "ciência" que vem o poder do homem. "A ciência do homem é a medida de seu poder, pois ignorar a causa é não poder produzir o efeito..."²

A parte o empirismo de Bacon, não podemos questionar que o conhecimento é junto com a vontade um dos pressupostos do poder. Um terceiro seria a força. Reconhecendo, no entanto, que o poder é concentrado sob várias condições e tipos; o econômico, o militar, o religioso, etc, esta nova característica nos leva a um tipo espe-

1. Caleb Rosado. A Mordomia do Poder. O Ministério Adventista.

Jan./Fev. 1990. p. 12.

2. Félicien Challaye. Pequena História das Grandes Filosofias.
3a. ed. São Paulo; Ed. Nacional, 1978. p. 104

cífico de poder, que se distingue de todos os demais porque só ele dispõe de força material, da coação física para impor suas decisões, que é o poder político.

Se existe, entre os cristãos, a tendência acima mencionada, de espiritualizar sobremaneira o Poder de Deus, com relação ao poder político, podemos observar, em um representativo segmento cristão, uma verdadeira aversão. A esse respeito, Max Weber escreveu um trabalho intitulado "Rejeições Religiosas do Mundo e Suas Direções", onde relaciona os motivos dos quais se originou a ética religiosa da negação do mundo e as direções que tomou, sendo uma das mesmas na esfera política.

Segundo Weber, o berço das éticas religiosas que negam o mundo, teórica e praticamente é a religiosidade indiana. Por outro lado, é interessante notarmos como o historiador francês Fustel de Coulanges (1830-1889) demonstrou no seu *A Cidade Antiga* (1864), onde analisou as instituições da Grécia e de Roma, que a religião doméstica foi o embasamento da sociedade greco-romana, mostrando que a religião intervinha em tudo, em todos os setores da vida humana, determinando estruturas e decisões políticas, o direito, o calendário, evoluindo para cultos oficiais e públicos.

Na realidade esta rejeição da esfera política é uma concepção oriental que apresenta um Deus supramundano, fundamento ou de um ascetismo ativo que se limita a controlar e superar a malignidade da criatura na própria natureza do agente, ou de um misticismo que se inclina para a fuga contemplativa do mundo.

Segundo Weber, os deuses da localidade, tribo e Estado interessavam-se apenas pelas suas respectivas associações. Neste nível, as relações poder político e religião se davam no cotidiano.

O problema só surgiu quando essas barreiras de localidade, tribo e Estado foram esmagadas pelas religiões universalistas, por uma religião com um Deus unificado de todo o mundo. E o problema só surgiu com todo o vigor quando esse Deus era um Deus de 'amor'. O problema das tensões com a ordem política surgiu para as religiões redentoras com a exigência básica da fraternidade. E, na política, como na economia, quanto mais racional se tornava a ordem política, tanto mais agudos os problemas dessas tensões se tornava... A indiferença mútua entre religião e política, quando são ambas completamente racionalizadas, é ainda mais intensa porque... a política pode entrar em concorrência direta com a ética religiosa, em pontos decisivos.¹

Na realidade, o posicionamento de encarar a esfera religiosa totalmente estranha à esfera política não deixa de ser uma postura dualista. Prosseguindo na sua tipologia do ascetismo e do misticismo, Max Weber acrescenta:

A busca carismática e verdadeiramente mística da salvação, por parte dos virtuosos religiosos, foi, naturalmente, em toda parte apolítica ou antipolítica, pela sua própria essência. As buscas de salvação reconheceram facilmente a autonomia da ordem temporal, mas o fizeram apenas para deduzir, coerentemen-

1. Max Weber, Textos Seleccionados. 3a ed. Sao Paulo. Abril Cultural, 1985. p. 245. (Os Pensadores).

te, o seu caráter diabólico,..1

Assim como no pensamento greco-romano, também no pensamento hebreu, não encontramos esta separação entre a esfera religiosa e a política. Comentando o pensamento político dos hebreus, diz um clássico da historiografia política:

Na rica literatura hebraica que forma o Antigo Testamento não se encontra doutrina política propriamente dita; mas encontram-se algumas alusões e algumas breves digressões que esclarecem o pensamento político da época em que foram escritas... Uma instituição peculiar ao povo israelita foi o profetismo. Os profetas eram homens que se acreditavam inspirados por Deus e cuja palavra tinha grande influência sobre o povo, de tal modo que os próprios reis deviam acatá-la. Eles reprovavam aos reis e aos grandes e, algumas vezes, a todo o povo seus pecados, sua vida de luxo, o culto prestado a deuses distintos do Deus de Israel que, em grande parte graças aos profetas, tomou, pouco a pouco, o caráter de Deus universal. Os profetas censuravam severamente as injustiças dos poderosos, os julgamentos iníquos e, enfim, pretendiam algumas vezes dirigir o que chamamos hoje a política externa... Com efeito, assistimos ao profeta Natã fazer críticas ao rei Davi porque este raptara a mulher de Uriel e provocara a morte deste,..

Igualmente, o profeta Elias reprovava ao rei Acab e à sua mulher Jezabel por haver condenado à morte, injustamente, a Nabot, porque não quisera vender ao rei a vinha herdada de seus antepassados.

Vemos também Amós invectivar contra os grandes que, pela usura e pelos julgamentos iníquos, despojavam os pobres;..2

Especialmente no livro do profeta Daniel, encontramos explicações do relacionamento de Deus com os poderes políticos. Principalmente porque a parte mais substancial do livro é composta por previsões da evolução política da humanidade. Num segundo plano, encontramos as declarações diretas da pena do profeta, como a que se encontra no cap. 4, verso 17: "...a fim de que conheçam os viventes que o Altíssimo tem domínio sobre os reinos dos homens; e os dá a quem quer, e até ao mais baixo dos homens constitui sobre eles."

Comentando a profecia do capítulo 2 de Daniel, Ellen G. White escreveu:

"O poder exercido por todos os governantes da Terra é concedido pelo Céu; e seu sucesso depende do uso que fizerem dessa concessão... Compreender estas coisas, isto é, que 'a justiça exalta as nações'; que 'com justiça se estabelece o trono', e 'com benignidade' ele se 'sustém' (Prov. 14:34; 16:12; 20:28); reconhecer a operação desses princípios na manifestação de Seu poder que 'remove os reis, e estabelece os reis' (Dan. 2:21) - reconhecer isto é compreender a filosofia da História.3

I

1. Max Weber, ob. cit. p. 248.
2. Gaetano Mosca e Gaston Bouthoul. História das Doutrinas Políticas 5a ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1980. pp. 26,27,28.
3. Ellen G. White. Profetas e Reis. 3a ed. Santo André, SP. Casa Publicadora Brasileira, 1981. p. 481.

Fazendo uma rápida análise do pensamento político do Novo Testamento, não podemos deixar de mencionar o famoso e muitas vezes mal interpretado "Dai pois a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus," de Cristo (Marcos 12:17). Com esta expressão Cristo está "diferenciando a autoridade do Estado e a autoridade de Deus."¹ "A instrução nessa passagem está plenamente de acordo com o ensino geral das Escrituras sobre o assunto da lealdade a Deus e às autoridades seculares. (Ver... Rom. 13: 1 a 7)."²

Não encontramos nesta expressão de Cristo nenhum apoio para uma aversão ascética à esfera política, nem muito menos para um dualismo exacerbado. Isto confirma Émile Morin:

Em seu livro **Jesus e os revolucionários de seu tempo**, O. Cullmann, com muita imparcialidade, destrói os exegetas fundamentalistas que colecionam versículos evangélicos para apresentar um Jesus como um revolucionário zelota ou como um pacifista desengajado, espiritualista.

Não faltam leituras dos Evangelhos em que Jesus aparece como um bom centrista!... É certo que Jesus não foi um militante político. Sua mensagem foi, antes de tudo, o anúncio da 'revolução' que Deus realizava, vindo habitar entre os homens. Mas ele proclamou um Deus próximo dos pobres, vindo trazer-lhes um reino de justiça e de paz. Um reino onde a hierarquia se transforma em fraternidade. E o poder em serviço... A intuição central é que Jesus substitui o desejo de dominação pela idéia de uma responsabilidade de serviço fraterno.³

O interessante é que Max Weber em sua análise das rejeições religiosas do mundo, com toda razão constatou que, historicamente, a religião fraternal revelou uma maior tensão com a esfera econômica. Diz ele:

Quanto mais o mundo da economia capitalista moderna segue suas próprias leis imanentes, tanto menos acessível é a qualquer relação imaginável com uma ética religiosa de fraternidade. Quanto mais racional, e portanto impessoal, se torna o capitalismo, tanto mais ocorre isso... O *Deo placere non potest* católico sempre foi a atitude característica das religiões de salvação para com a economia de lucro: com todos os métodos racionais de salvação as advertências contra o apego ao dinheiro e aos bens levaram-nos ao auge do tabu. A dependência em que as próprias comunidades religiosas, e sua propaganda e manutenção, estavam dos meios econômicos, e sua acomodação às necessidades culturais e aos interesses cotidianos das massas, forçaram-nas a concessões das quais a história da interdição de interesses é apenas um exemplo. Não obstante, em última análise nenhuma religião de salvação autêntica superou a tensão entre sua religiosidade e uma economia racional.⁴

1. Lições da Escola Sabatina. CPB, 1o Trim. 1985. p. 125.

2. Lições da Escola Sabatina. CPB. 1o Trim. 1990. p. 128.

3. E. Morin. Jesus e as Estruturas de Seu Tempo. 4a ed. São Paulo Edições Paulinas, 1981. pp. 114, 115 e 122.

4. Max Weber, ob. cit. p. 244.

Assim, uma cristandade que segundo o próprio Weber¹ criou uma ética religiosa que respaldou o capitalismo, hipócritamente se afasta da esfera política por uma consciência puritana, mas não sente nenhum peso de consciência em se emaranhar cada vez mais com um capitalismo impessoal, crescentemente concentrador de renda e reprodutor da miséria.

Finalmente, nas relações do religioso com o político, Max Weber analisa a "utilidade e uso das organizações religiosas para a domesticação política das massas"² e para a legitimação religiosa de pretensas potências, crítica esta, também levantada pelo marxismo, e que recebe reforço com a Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim, mostrando a utilização ideológica da religião.

Na visão de um sociólogo norte-americano, a utilização da religião como instrumento de escamoteação ideológica entre muitos de nós que adotamos a tradição protestante funciona assim:

O fundamentalismo protestante, conquanto obcecado pela idéia de pecado, tem um conceito curiosamente limitado de sua extensão. Os pregadores revivalistas que vociferam contra a perversidade do mundo atêm-se invariavelmente numa gama um tanto limitada de transgressões morais - fornicação, embriaguez, dança, jogo, pragas... Diga-se o que se disser a respeito desse rol de atos perniciosos, todos eles têm em comum seu caráter essencialmente privado. Na verdade se um pregador revivalista chega a mencionar questões públicas, será geralmente em termos da corrupção privada dos detentores de cargos públicos. As autoridades do governo roubam, o que é mau. Também fornicam, bebem e jogam, o que presumivelmente ainda é pior. Ora, a limitação do conceito de ética cristã a delitos pessoais tem funções óbvias numa sociedade cujas organizações sociais fundamentais são dúbias, para se dizer o mínimo, quando confrontadas com certos princípios do Novo Testamento e com o credo igualitário da nação que nele acredita ter suas raízes. O conceito privado de moralidade do fundamentalismo protestante concentra atenção nas áreas de conduta que são irrelevantes para a manutenção do sistema social, e desvia a atenção daquelas áreas onde uma inspeção ética criaria tensões para o perfeito funcionamento do sistema.³

De fato, entre as técnicas do exercício do poder, a persuasão é a primeira a ser utilizada. Depois viria a permuta e por fim a coerção. No entanto, a instrumentalização, ainda que inconsciente, da religião, para justificar o *status quo* é fruto de uma compreensão parcial da mensagem bíblica, onde olvida-se a dimensão horizontal da religião e superdimensiona-se o aspecto vertical da fé. Ou seja, algumas esferas da realidade ainda não foram incorporadas dentro do esquema conceptual destes cristãos. Pior ainda, é quando defende-se ou assume-se pontos de vista contraditórios em relação à Cosmovisão advinda da reflexão fundamentada na Revela-

1. De acordo com o livro "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", publicado originalmente em 1905, na Alemanha.
2. Max Weber. ob. cit. p. 248.
3. Peter L. Berger. Perspectivas Sociológicas, 10a ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1986. pp. 127, 128.

ção bíblica, alguns dos quais chegam mesmo a se consubstanciar em prisões mentais ou conjunturas de longa duração, configurando um quadro mental resistente ao tempo, condicionante das estruturas mentais.

Como reavaliar esta situação se como escreveu C. Wright Mills, "presos aos ambientes limitados de suas vidas diárias, os homens comuns com freqüência não podem raciocinar sobre as grandes estruturas - racionais ou irracionais - de que seu ambiente é parte subordinada"¹; se esta Cosmovisão parcial, contraditória consigo mesma nos parece óbvia?

A formação deste posicionamento cristão ascético, dualista, parcial e contraditório, com relação ao poder, acompanha a formação do pensamento ocidental, principalmente a partir da Idade Moderna.

Como se deu esta evolução é o que veremos a seguir. No entanto, resta-nos concluir esta teoria do poder, afirmando que dentro de uma perspectiva bíblica, assim como ficou exemplificado na vida de homens como Ciro, rei da Pérsia, Deus dá o poder a um homem com o objetivo de que ele cumpra os Seus desígnios e de que como fiel mordomo, utilize este poder para o bem do próximo.

1. C. Wright Mills, A Imaginação Sociológica. 6a ed. Rio de Janeiro, RJ. Zahar Editores. 1982. pp. 182, 183.

INFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS NA COSMOVISÃO ADVENTISTA

Analisando a formação do pensamento religioso, a Sociologia da Religião diria que é de todo inapropriado que as idéias e/ou posicionamentos religiosos tenham a sua origem na sociedade, "presos a todas as relatividades humanas de geografia e história."¹ Óbviamente os próprios teólogos, exegetas das Escrituras Sagradas, colocam como um princípio hermenêutico, a exigência de se considerar as influências da contextuação histórica sobre os autores e/ou escritores da Bíblia, não implicando isto num desmerecimento da "Revelação". Assim sendo, pretendemos demonstrar que o posicionamento político-religioso do Adventismo sofreu forte influência do contexto cultural em que foi formado, e que, com raras exceções, se conseguiu pensar e se expressar fora dos condicionamentos mentais determinados por isto que, na História das Mentalidades, ficou sendo chamado de prisões conjunturais do pensamento de longa duração e que encontra ressonância na Sociologia do Conhecimento, ao indicar a origem social de cada pensamento e por conseguinte, da Cosmovisão.

O Adventismo se formou num período histórico especial, a segunda metade do século XIX; época em que o mundo contemporâneo estava consolidando suas principais características sociais, políticas e ideológicas, que ainda hoje matizam nossa existência. Segundo o historiador francês René Rémond, este "é um dos séculos mais complexos, mais cheios que existem."² Podemos apontar como os grandes antecedentes deste século o Iluminismo, e o Movimento de Independência das Colônias Inglesas da América do Norte, juntamente e principalmente, a Revolução Francesa. Este é chamado o século das Revoluções, quase todas em nome da liberdade, em seu conceito ocidental, da democracia política ou social. Na verdade, as forças conservadoras digladiarão com as chamadas forças progressistas, que querem instalar uma ordem político-social inspirada nos ideais iluministas.

Para termos uma idéia da complexidade e importância deste século, podemos mencionar algumas características do mesmo: O imperialismo europeu, com a conseqüente "europeização" do mundo; a Revolução Industrial se expandindo e juntamente o capitalismo industrial, gerando o crescimento das cidades; a chamada questão social, as disputas e conflitos decorrentes da oposição entre o capital e o trabalho, surgindo os movimentos operários e a defesa por parte da burguesia de suas grandes ideologias, o liberalismo e a democracia. No plano cultural, temos principalmente o marxismo, o evolucionismo, o positivismo e a revolução freudiana, todos de orientação materialista.

Todas estas características determinarão uma atitude específica com relação à religião. Nesta época se consubstanciará a separação total dos poderes públicos e as Igrejas. Ocorre a laicização do Estado, a secularização e descristianização da sociedade.

Toda esta vasta estrutura histórica acima descrita, determinante de nosso século XX, gerou uma crise na civilização ocidental

1. Peter L. Berger, ob. cit. p. 130.

2. René Rémond, O Século XIX, São Paulo, Editora Cultrix, 1981.
p. 13.

que, vem sendo estudada por vários filósofos e que é muito bem estruturada conceptualmente por Hannah Arendt, ao determinar os três sustentáculos da civilização ocidental abalados: A Religião, a tradição filosófica e a autoridade política.

Hannah Arendt, remete-nos às origens desta crise:

Desde a radical crítica das crenças religiosas nos séculos XVII e XVIII, permaneceu como característica da época moderna o duvidar da verdade religiosa, e isto é igualmente verdadeiro para crentes e não-crentes.¹

Na realidade, a partir desta crise religiosa inicial, a autora coloca as outras como advindas de um grande processo secular que solapou basicamente a religião e a tradição. Mas, na verdade, esta crise apresenta uma origem anterior até mesmo ao empirismo baconiano, ao racionalismo cartesiano e à dúvida remetida à crença pascalina do século XVII. Podemos apresentar esta origem assim:

A partir da problemática do Cristianismo, que perdeu os parâmetros de sua origem e se tornou religião oficial do poder, o Renascimento surgiu como libertação de um pensamento que se fechou em um dogmatismo, perdendo contato com a espontaneidade da vida, em um culto necrófilo da ordem, da lei e do dever. É sob esse impacto que os renascentistas voltam-se para a Antigüidade Clássica, procurando reconstruir um pensamento livre que parecia não mais existir. O paradoxal é que, na busca da essência perdida, a Renascença provocará no Período Moderno, um endeusamento do homem, de sua força, de seu poder, levando inicialmente à interrogação a respeito de Deus, o absoluto grego, e a um posterior rompimento com o mesmo. Anulou-se então, a idéia de transcendência sobrenatural e fixou-se em um imanentismo progressivo que buscou a superação do homem a partir dele mesmo. Surgiu, então, um individualismo crescente, um ateísmo, um sentimento de liberdade burguesa que se expressou em uma relação dominadora com a natureza e com o próprio homem, nas quais a ciência e a técnica são usadas ideologicamente, dando início ao Capitalismo e ao Colonialismo.²

Assim, a partir do humanismo renascentista e seus desenvolvimentos intelectuais posteriores, encontramos o eixo ideológico sobre o qual vem girando a mentalidade humana, construindo verdadeiros "arquétipos" que, contrários aos princípios bíblicos, imperceptivelmente têm formado nossa maneira de encarar o mundo.

Considerando que as esferas, política e religiosa, "constituem as duas principais formas de concepção do mundo"³, é importante notarmos que foi no início deste longo processo de descaminho cultural, que ocorreu o lançamento da fundação da cisão entre estas duas esferas da realidade social. A partir de Nicolau Maquiavel iniciou-se a defesa da autonomia da esfera política em relação à moral e à religião. Passando depois por Spinoza, Hobbes, vamos

1. Antônio Rezende, Curso de Filosofia, RJ, Zahar Ed. 1986. p 219.

2. Revista de Filosofia, PUC-Paraná, Ana Ma. Laporte e Neusa Vendramin Volpe. Tentativas de Solução para a Crise Cultural do Século XX, Segundo Roger Garaudy, p. 25.

3. Hugues Portelli, Gramsci e a Questão Religiosa, São Paulo. Ed. Paulinas, 1984, p. 97.

chegar a John Locke e dele, ao Iluminismo, o grande movimento que na realidade consubstanciou as bases para a formação do pensamento contemporâneo. Como diria Urbano Zilles: "O iluminismo ainda não está ultrapassado. Surge como processo que perpassa toda a história espiritual do Ocidente."¹

Nos interessa aqui, sobretudo a influência do Iluminismo sobre os aspectos religiosos e políticos do ocidente. "A fé tornou-se objeto de suspeita como ideologia de ordem ultrapassada e como força reacionária."² No campo político, lançou um conceito de liberdade burguesa e os fundamentos do igualitarismo contemporâneo. "Como movimento de democratização, substituindo a ordem social hierárquica e patriarcal pela ordem associativa de membros iguais e livres, provocou profunda crise de autoridade."³

Na realidade, de todas as contribuições do Iluminismo para a época Contemporânea, a mais poderosa foi a Democracia moderna. O interessante é que os historiadores consideram o século XIX, "A Era da Democracia", e podemos ter certeza que, nos Estados Unidos, nesta época da formação do Adventismo, a ideologia democrática, como ainda hoje, se constituía num bem nacional, onde se evocava o próprio princípio religioso para respaldá-la. Assim sendo, é importante termos consciência que a segunda principal fonte formadora da Cosmovisão Adventista, os escritos de Ellen White, foram concebidos dentro deste contexto de forte influência Iluminista, onde o principal valor público era a ideologia democrática. Mesmo reconhecendo que "os escritos de Ellen White fazem um forte apelo à verdade eterna," não podemos esquecer que estão "históricamente condicionados em grau significativo. Eles contém certos elementos especiais, embora estejam relacionados de forma clara tanto com a literatura adventista como a não adventista da sua época."⁴ É importante ressaltarmos o fato de que, assim como os profetas e escritores da Bíblia na Antigüidade, receberam as influências do meio em que viviam, Ellen White também, e que determinados posicionamentos com relação à política precisam ser encarados dentro da contextualização histórica da época específica em que vivia.

Os pressupostos fundamentais da ideologia democrática são: A Soberania popular, baseada no princípio da maioria; o Igualitarismo; e as Liberdades para todos. Analisemos estes pressupostos de uma maneira mais isenta: Inicialmente, com relação às liberdades citamos o historiador francês René Rémond:

É sobre esse ponto que o pensamento democrático irá se comprometer com desenvolvimentos imprevistos, que poderão levá-lo a verdadeiras reviravoltas. Com efeito, se é preciso assegurar aos indivíduos condições para o exercício das liberdades, a lógica pode levar o poder público a intervir nas relações interindividuais, a fim de corrigir as desigualdades, tirando de quem tem demais para dar a quem não tem o bastante, assegu-

1. Urbano Zilles. Filosofia da Religião, São Paulo. Edições Paulinas 1991, p. 12.

2. Urbano Zilles, ob. cit. p. 12

3. Urbano Zilles, ob. cit. p. 12

4. Arthur N. Patrick, A Fé e História da Fé: Transpondo o Abismo. Ministério Adventista, Março/Abril de 1992, p. 14.

rando desse modo o gozo efetivo dos direitos;...1

O filósofo francês Alexis de Tocqueville (1805 a 1859) que escreveu, após um período de visitação e observação, um livro intitulado, "A Democracia na América", foi tomado de uma preocupação básica: "como evitar que o igualitarismo (que considerava uma característica da civilização americana) ameaçasse a liberdade individual ou, em outras palavras, como impedir que se instaurasse a tirania da maioria."2 Diz ele: "A onipotência da maioria parece-me, de fato, perigo imenso para os Estados americanos,..". Noutra parte de seu livro declara: "Creio, portanto, que a espécie de opressão de que estão ameaçados os povos democráticos em nada se assemelhará   que a precedeu neste mundo;... os termos antigos, despotismo e tirania, não convém."3

Apropriadamente podemos citar agora um poema de Newton de Lucca:

Provérbio revisto

a voz do povo
É a voz de Deus...
que povo?
que Deus?
o que beijou Stálin?
o que delirou com Hitler?
ou o que soltou Barrab s?
(será que Deus
já não teria se enforcado
em suas próprias cordas vocais?)4

Nas palavras de Thomas Jefferson, um dos redatores da Declaração da Independência dos Estados Unidos e seu terceiro presidente, encontramos a crença fundamental democrática de que o poder emana do povo e em seu nome é exercido: "Considero o povo que constitui a sociedade ou nação como a fonte de toda a autoridade nessa nação"5 Como harmonizar a mensagem bíblica com a idéia de um poder que vem "de baixo" e não "de cima"? Como também admitir o princípio da maioria, se o princípio da minoria é o atuante na história bíblica?

Confirmando as previsões de Alexis de Tocqueville, no século XIX, surgiu a chamada psicologia das massas. Onde teóricos v o pesquisar sobre a natureza e as lógicas da a o coletiva. Entre os estudiosos deste tema, destaca-se Gabriel Tarde, que procura lançar os fundamentos da Psicologia do Público. Segundo ele, o verdadeiro advento do jornalismo e, por conseguinte, do público, data da Revolução Francesa. Ele adverte, para não confundirmos com a multidão o **público**, que deve ser entendido "como uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos

1. Ren  Rémond, ob. cit. p. 52

2. Os Pensadores, Tocqueville, Vida e Obra, São Paulo. Abril Cultural. 1985, p. 181.

3. Alexis de Tocqueville, A Democracia na América. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1985, pp. 227 e 310.

4. Citado por Maria Lúcia Aranha em Temas de Filosofia; Moderna.

5. Thomas Jefferson, Escritos Políticos, Os Pensadores, 3a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 23.

físicamente separados e cuja coesão é inteiramente mental."1 Uma constatação interessante é que Tarde definiu a multidão como "um bicho impulsivo e maníaco, joguete de seus instintos... a besta humana." Posteriormente, apesar de se esforçar por diferenciar multidão de público, ele declara que um público superexcitado poderia ser definido como uma multidão virtual. Assim, na sua opinião, os publicistas fazem a opinião e conduzem o mundo. No seu trabalho ele coloca as três grandes forças do espírito social que estão em constante disputa de fronteiras: a Tradição, a Razão e a Opinião, e que esta última alterou significativamente o mundo após o seu advento, a tal ponto que, a partir do século XIX, "cada sociedade tende a homogeneizar-se", por meio da informação de massa, "o círculo social amplia-se até os limites do gênero humano."

Assim, fizemos esta passagem pelo pensamento de Gabriel Tarde para constatar que a ideologia iluminista e democrática inseriu-se nos interstícios da chamada indústria cultural, produzindo uma historiografia parcial, com a realidade deturpada. O pior é que esta interpretação da história iluminista tem sido a adotada por nossos escritores. Se não, leiamos as palavras do livro "O Significado Bíblico da História", do Ph. D. Siegfried J. Schwantes:

À base de todas as formulações de teorias políticas no século XVIII estava o princípio de que todos os homens foram criados iguais e livres, e que a fonte suprema de todo poder político residia no povo. Tais conceitos não teriam ganho o prestígio de verdades evidentes não fosse o trabalho preparatório feito pelos reformadores com sua insistência sobre o sacerdócio universal dos crentes, e seu corolário, o direito à interpretação privada das Escrituras. Gente acostuada a interpelar a tradição religiosa e a testá-la pelas Escrituras havia afinal de pôr em dúvida a tradição de absolutismo. O fato de que alguns dos críticos mais acerbos do statu-quo político assumiam como evidentes princípios que derivam sua validade das Escrituras, mostra como os ensinamentos da reforma tinham permeado o pensamento dos filósofos do século das luzes. Remova-se o seu fundamento cristão, e estas verdades cessam de ser evidentes. O esforço consciente de negar a dívida intelectual da democracia ao cristianismo, tem resultado em nossos dias em novas formas de absolutismo que ferem a liberdade e a dignidade humanas.2

Não poderíamos mencionar exemplo mais eloqüente de influência da ideologia iluminista em nossa interpretação da História, do que este. Positivamente, a Democracia não encontra sua fundamentação nas Escrituras Sagradas. Até mesmo o conceito de Liberdade democrática difere do conceito de liberdade dos povos orientais do ambiente bíblico, e seus possíveis desenvolvimentos, como já demonstramos anteriormente, provam que ele não tem fundamento na liberdade que Cristo pregou: "E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará" João 8:32. (grifo nosso).

1. Gabriel Tarde, A Opinião e as Massas, São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 8, 9 e 29

2. S. J. Schwantes. O Significado Bíblico da História, São Paulo, Instituto Adventista de Ensino, SALT, 1984, p. 188.

A Democracia representativa esconde em si uma forma absolutista de poder, pois se funda na alienação: a delegação de poder, onde o homem é considerado de forma abstrata, estatística e numérica, não criando um sentido de responsabilidade e compromisso nos eleitos que vêem os eleitores quantitativamente e não qualitativamente."1 (grifo nosso).

Até mesmo historiadores seculares já se deram à tarefa de uma revisão histórica, diante da visão parcial gerada pela ideologia iluminista. Por exemplo, quando das comemorações do bicentenário da Revolução Francesa, a qual estabeleceu as bases da sociedade moderna e a democracia tal como hoje é concebida, o mercado editorial foi invadido por publicações a respeito deste grande feito do Iluminismo, que foi a Revolução Francesa. Estudos como o do historiador inglês Simon Schama com a obra "Cidadãos", demonstram como os historiadores distorceram a realidade do que era o chamado "Antigo Regime" e amenizaram fatos da Revolução, como o Reinado do Terror, além de veicularem informações falsas a respeito de personagens históricos que era de interesse esteriotipá-los.

Também os movimentos atuais de inspiração político-religiosa, que a partir de meados da década de 1970, têm se desenvolvido no meio cristão, judeu e muçulmano, combatem violentamente o espírito das Luzes. O cardeal Jean-Marie Lustiger que, junto com o cardeal Joseph Ratzinger, estão fundamentando a doutrina político-religiosa da Igreja Católica, assim se expressou:

Faço parte de uma geração que colheu os frutos amargos de uma pretensão da razão a uma soberania sem medidas... A suficiência da razão, que deixa Deus de lado e não teria outra conta a prestar senão a si mesma, culmina no totalitarismo nazista ou stalinista. Nasceu no Século das Luzes (que engendrou) o totalitarismo, isto é, a divinização da razão humana que recusa toda e qualquer crítica.2

Depois do ano de 1989, em que ocorreu a chamada Revolução Democrática no Leste Europeu, com a derrocada dos Regimes Socialistas, chegou-se até mesmo a anunciar a falência das ideologias políticas. Nas palavras de Octávio Paz, encontramos esta inquietação:

Vivemos um momento particularmente difícil, o de um grande vazio intelectual no domínio da filosofia política. O desmoronamento dos grandes sistemas elaborados no século passado coincide com o surgimento, no mundo inteiro, das burocracias político-econômicas... O vazio no campo das idéias políticas e sociais é uma consequência da história do século XX. É um aspecto da grande crise da civilização moderna em seu período pós-industrial. No primeiro terço do século XX, muita gente pensou que a única saída para as contradições de nossas sociedades seria a revolução socialista... A esquerda começa a curar-se de sua intoxicação ideológica. Mas o esvaecer da utopia - não significa que tenha aparecido uma nova filosofia política. Vivemos um

1. Revista de Filosofia, PUC-Paraná, Ana Ma. Laporte e Neusa Vendramin Volpe. Tentativas de Solução para a Crise Cultural do Século XX, Segundo Roger Garaudy, p. 31.

2. Citado por Gilles Kepel, A Revanche de Deus, São Paulo, Siciliano 1991, pp. 75 e 76.

grande vazio no domínio das idéias sociais e da moral coletiva. Os povos e os Estados estão a deriva... A realidade converteu em migalhas as ideologias. Por ora, sem tentarmos penetrar nas brumas do futuro, podemos afirmar que, nesse grande vazio histórico, o único regime vivo é o democrático...¹

Corroborando com este pensamento, no início de 1991, o cientista político Francis Fukuyama, declarou:

Com exceção do fundamentalismo muçulmano, a única ideologia sistemática que sobrevive é a ideologia da democracia liberal. Ela é universal: todos os povos, em quase todas as culturas, têm alguma afinidade com a democracia liberal. Nesse sentido, se a democracia liberal é o ápice do processo histórico humano, então, de fato, a História chegou ao fim.²

Assim, dentro até de uma perspectiva escatológica, já podemos determinar o grande arcabouço comum, que pode abrigar todas as tendências unificadoras atuais (intelectuais, espirituais e ideológicas): A Democracia Moderna. Tratado no início do século XIX, em alguns lugares conservadores como "Mistérios Democráticos" ou "Ciência Oculta da Liberdade", o princípio democrático de governo se converteu num grande arquétipo universal. Nos próprios países árabes do Oriente Médio, pessoas como o Xequ Ahmed Zaki Yamani, que se destacou no aumento do preço do barril de petróleo em 1973, defende uma nova ordem democrática para a região. Na Arábia Saudita, após um ano da Guerra do Golfo, o rei Fahd, anunciou um pacote de reformas políticas para concretizar a abertura democrática prometida durante o conflito, incluindo uma Lei Básica, correspondendo à primeira Constituição escrita do país. O Kuwait é um modelo de democracia adaptado às circunstâncias do Oriente.

Na presente situação histórica, onde vive-se a chamada sociedade pós-moderna, sob o disfarce da vontade universal, predomina a ideologia cultural euro-norte-americana. A grande questão que deve preocupar os estudiosos é o tema do estágio da alienação em que se insere a humanidade.

O cristão que analisa o tempo presente, não pode ausentar-se dos grandes temas da atualidade. Especialmente um professor adventista da área de Estudos Sociais, necessita abstrair-se das influências ideológicas alienantes e, com base numa Filosofia da História fundamentada nas Escrituras Sagradas, apresentar uma correta explicação do processo histórico. Não podemos mais continuar sustentando princípios contraditórios com a essência de nossa própria Cosmvisão. Temos que formar uma "intelligentsia" capaz de fugir ao condicionamento social da consciência e, propor uma síntese de todas as perspectivas ideológicas. Sobretudo, não podemos excluir de nossa explicação de mundo, uma esfera tão importante e determinante na vida de pessoas e comunidades locais e nacionais, como a esfera política.

Partindo do princípio que o conhecimento, conseqüentemente, nossa maneira de pensar e agir, têm um paradigma absoluto, não podemos relativizar o posicionamento político-partidário do cristão

1. Octávio Paz. Ironia e Compaixão. O Correio da Unesco, Agosto de 1990. Fundação Getúlio Vargas.

2. VEJA, 27 de Fevereiro de 1991, pág 5 a 7.

e pretendermos ser coerentes, ficando uma decisão destas à mercê das escolhas individuais, diante de uma variedade tão grande de opções políticas. Será que toda opção política é válida para Deus? Consideramos portanto, essencial que estabeleçamos princípios gerais norteadores e orientadores para os estudantes cristãos. Como podemos na qualidade de instituição que trabalha essencialmente com o ideológico, posto que a escola tem inegavelmente a sua dimensão política, nos furtar a uma orientação clara aos estudantes? Que unidade de pensamento e que mente de Cristo estamos introduzindo em nossos alunos, se um no norte vota num ateu de extrema esquerda, e outro no sul, dedica sua confiança num fundamentalista de extrema direita?

A posição de neutralidade não é bíblica, embora cômoda, deve ser abandonada e devemos buscar formas de ressuscitar o espírito do "profetismo", onde procuraremos espaços e maneiras, sempre dentro da legalidade constitucional de cada país, de demonstrar as contradições e injustiças do sistema sócio-político em que vivemos.

Adotar uma atitude política não quer dizer abraçar um messianismo secular em substituição ao advento de Cristo. Mesmo para os judeus no exílio, o Senhor, por intermédio de Jeremias, enviou-lhes a mensagem de que deveriam participar da vida sócio-econômica da cidade de Babilônia: "E procurai a paz da cidade..." Jer. 29:7.

Fazemos um apêlo á "imaginação sociológica" dos professores de Ciências Sociais cristãos, no sentido de criativamente orientarem seus alunos em como exercerem uma participação e presença cristã na sociedade. Sobretudo, lembramos que a atitude cristã não deve ser reacionária pela força do hábito, costume ou tradição, nem progressista por reação ou desejo de mudança, mas bíblica e espiritual.

A seguir, relacionamos algumas sugestões, tiradas de nossa práxis educacional, de como o professor adventista de História pode trabalhar, tendo uma atitude cristã frente à política:

1. Não desanimar um aluno que revele tendência à carreira política, mas encaminhá-lo e orientá-lo dentro dos princípios da Teologia do Poder.

Ellen G. White em carta escrita a 'Meus Irmãos' de 20 de Fevereiro de 1989, p. 13, disse: 'Não se nos tem dado mais força e graça que a que podemos usar de maneira apropriada. Se Deus tem uma grande obra para qualquer de entre seu povo que guardam os mandamentos com respeito a política, alcance essa posição e realize o trabalho com seu braço unido ao braço de Cristo.1

2. Analisar a História tendo como suporte uma Cosmvisão bíblico-cristã, e o contexto Histórico-político atual, dentro de um prisma Bíblico-escatológico, retirando assim, do texto Sagrado, princípios de análise política, alguns dos quais tentamos demonstrar neste presente trabalho.

1. Júlío Alejandro Marcó. Iglesia, Estado y Educacion adventista. Entre Rios: Universidad Adventista del Plata, 1994. p. 10 (traduzido)

3. Procurar desfazer o condicionamento social alienante da consciência do educando.
4. Orientar quanto ao funcionamento do sistema político nacional.
5. Promover visitas a instituições públicas, como a sede dos poderes constituídos, visando desmitificar o exercício do poder.
6. Realização por meio dos estudantes, sob orientação do professor de trabalhos de pesquisas prévias, junto à Comunidade próxima ao Colégio, para determinar e informar a opinião da Comunidade sobre temas de interesse público. Por exemplo, quando do Plebiscito no Brasil, em 1993, para decidir forma e sistema de Governo, orientamos os alunos, que prepararam um Sistema de Pesquisa, com esclarecimento ao público, onde perguntou-se a um representativo número de pessoas da localidade ao redor do Colégio, sua opinião. Depois foi feita uma exposição estatística dos resultados.
7. Realização de Capelas Culturais sobre os temas que estão em debate no cenário nacional, apresentando todos os âmbitos e aspectos da questão e interesses diversos envolvidos.

Por fim, estamos certos que uma tal perspectiva de práxis docente, se insere dentro da própria práxis do cristianismo autêntico que, longe de ser uma mera teoria, é um princípio avassalador, que se apodera da vida do indivíduo e influencia absolutamente todos os aspectos da existência humana.

CONCLUSÃO

Como testemunhas de importantes acontecimentos históricos, que marcam esta passagem de século e de milênio, onde as grandes tendências mundiais apontam para o próximo século como período de retorno ao "Sagrado", vivendo um processo de unificação de cosmovisões por meio da indústria cultural, onde Cristianismo, através do Catolicismo e Protestantismo, Islamismo e Judaísmo, já formularam toda uma ideologia de ação político-religiosa, através dos chamados movimentos de recristianização, reislamização e rejudaização que pretendem, cada um respectivamente, reconquistar o mundo e ocupar o vazio ideológico deste final de século, não é concebível que cristãos que pretendem sustentar o espírito profético nos últimos dias estejam alienados das grandes questões políticas de nosso tempo.

Ainda mais, não podemos prosseguir sustentando princípios ideológicos, cuja experiência histórica demonstrou, a partir de sua origem e frutos colhidos, completo distanciamento dos paradigmas bíblicos. Assim, defendemos uma revisão histórica em função da compreensão de que, inevitavelmente fomos influenciados pelo surgimento do movimento Adventista em um contexto histórico específico, ou seja, os Estados Unidos, na 2ª metade do século XIX e início do século XX, quando os evangélicos lutavam contra a Teologia Liberal e o seu chamado "evangelho social" e como reação deram origem ao "Fundamentalismo", que verticalizou em excesso a ética cristã, esquecendo a dimensão horizontal da fé.

Finalizamos, lembrando aquela importante função dos filhos de Issacar no antigo povo de Israel: "E dos filhos de Issacar, destros na ciência dos tempos, para saberem o que Israel devia fazer..." I Crônicas 12:32.

BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, Maria Helena Pires Martins.
Temas de Filosofia, São Paulo, Moderna, 1992.
- BERGER, Peter L. Perspectivas Sociológicas, Petrópolis, Vozes, 1986.
- CHALLAYE, Félicien. Pequena História das Grandes Filosofias, 3a ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.
- Diálogo Universitário. Cidadãos de Dois Mundos, Roger L. Dudley e Edwin I. Hernández, Vol. 3 - No 3.
- JEFFERSON, Thomas. Escritos Políticos, 3a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, Os Pensadores.
- KEPEL, Gilles. A Revanche de Deus, São Paulo, Siciliano, 1991.
Lições da Escola Sabatina. 1o Trim. de 1985, Casa Publicadora Brasileira.
1o Trim. de 1990. Casa Publicadora Brasileira.
- MARCÓ, Julio Alejandro. Iglesia, Estado y educacion adventista. Entre Rios: Universidad Adventista del Plata, Argentina, 1994.
- MILLS, C. Wright. A Imaginação Sociológica. 6a ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- MORIN, Émile. Jesus e as Estruturas de Seu Tempo. 4a ed. São Paulo, Edições Paulinas, 1981.
- MOSCA, Gaetano, Gaston Bouthoul. História das Doutrinas Políticas, 5a ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores S. A. 1980.
- O Correio da Unesco. Ironia e Compaixão. Octávio Paz. Agosto de 1990, Fundação Getúlio Vargas.
- O Ministério Adventista, A Fé e a História da Fé: Transpondo o Abismo, Arthur N. Patrick, Março/Abril de 1992.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e a Questão Religiosa, São Paulo, Ed. Paulinas, 1984.
- RÉMOND, René. O Século XIX, São Paulo, Editora Cultrix, 1981.
Revista de Filosofia, PUC - Paraná. Tentativa de Solução para a Crise Cultural do Século XX, Segundo Roger Garaudy, Ana Ma. Laporte e Neusa Vendramin Volpe.
- REZENDE, Antônio. (Organizador) Curso de Filosofia, 4a ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/SEAF, 1991.
- SCHWANTES, Siegfried Júlio. O Significado Bíblico da História, São Paulo, Instituto Adventista de Ensino, Seminário Adventista Latino Americano de Teologia, 1984.
- TARDE, Gabriel. A Opinião e as Massas, São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América, 3a ed. São Paulo, Abril Cultural, 1985. (Os Pensadores)
- VEJA, 27 de Fevereiro de 1991.
- WEBER, Max. Textos Selecionados. 3a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Pensadores).
- WHITE, Ellen G. Profetas e Reis, 3a ed. Santo André, SP. Casa Publicadora Brasileira. 1981.
- ZILLES, Urbano. Filosofia da Religião. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.